



ACÓRDÃO Nº702/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11576/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Humaitá.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Raimundo Alves de Aguiar (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3373/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Humaitá. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Raimundo Alves de Aguiar**, Superintendente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Humaitá- HUMAITAPREV, exercício de 2017, com fulcro no art. 22, II c/c o art. 24 da Lei n.º 2.423/96;
- 10.2. **Recomendar** ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Humaitá- HUMAITAPREV que:
 - 10.2.1. Em futuras prorrogações contratuais, observe que toda prorrogação de contratos deve ser precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração;
 - 10.2.2. Apenas realize contratações por inexigibilidade de licitação nos casos previstos no art. 25 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
 - 10.2.3. Melhor planeje seu orçamento, a fim de passar a considerar os repasses do Município e, assim, conferir plena observância ao art. 37 da



ACÓRDÃO Nº702/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

CF/88 e à LRF.

10.3. Dar ciência ao Sr. Raimundo Alves de Aguiar da decisão;

10.4. Arquivar o presente processo após cumprimento de decisão, nos termos regimentais.

11- Ata: 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Agosto de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral